



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
8ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Avenida Rio Branco, 243, Anexo 2, 6º andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8084 -
<http://www.jfrj.jus.br> - Email: 08vf@jfrj.jus.br

**AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 5086967-
22.2022.4.02.5101/RJ**

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: SILVINEI VASQUES

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face de SILVINEI VAQUES objetivando, liminarmente, o imediato afastamento cautelar do requerido do cargo de diretor-geral e de outros de direção no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, por 90 (noventa) dias, nos termos do §§1º e 2º do art. 20 da Lei 8.429/92.

Narra que os fatos contidos na inicial foram apurados no Inquérito Civil nº 1.30.001.004579/2022-07 (instaurado por representação datada de 18/10/2022 às 18h e 15min), cuja cópia foi enviada ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de conhecimento e eventuais providências em relação aos supostos ilícitos eleitorais concernentes ao pleito de âmbito nacional do ano de 2022.

Consigna ainda que “*com relação direta ou indireta ao policial rodoviário federal indigitado nesta petição inicial, bem como à Superintendência de Polícia Rodoviária Federal neste Estado, tramitam no âmbito do controle externo da atividade policial da PRRJ os seguintes procedimentos investigatórios listados em ordem de instauração: I) inquérito civil 1.30.001.003095/2019-37, II) procedimento investigatório criminal 1.30.001.004208/2019-11; III) inquérito civil 1.30.001.000708/2022-80*”.

O MPF alega que, conforme a cronologia dos fatos narrados na inicial e o seu encadeamento lógico, levam a conclusão de que “*entre os meses de agosto e outubro do corrente ano de 2022, o requerido, participou de eventos públicos oficiais, concedeu entrevista em meio de comunicação, bem como fez publicações em suas redes sociais, na qualidade de diretor-geral da PRF e usando da imagem da instituição, com vontade livre e consciente de promover efetivas manifestações, por vezes veladas e outras ostensivas, de apreço ao atual Presidente da República e candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro, com o*

fim de obter proveito de natureza político-partidária, inequivocamente demonstrado no pedido explícito de voto as vésperas do segundo turno da eleição presidencial”.

O *Parquet* Federal enumera, em ordem cronológica, os fatos que supostamente contextualizam a prática dolosa de improbidade administrativa prevista no art. 11, caput e inciso XII, da Lei nº 8.429/92.

Defende, assim, o reconhecimento do uso ilícito do mais importante cargo da hierarquia da Polícia Rodoviária Federal, para favorecer determinado candidato presidencial, violando de morte os princípios que regem a administração pública.

Diante disso, imputou-se ao réu a prática do ato de improbidade que, em tese, teriam violado os princípios da Administração Pública, nos termos do art. 11, caput e inciso XII, assim disposto:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:(...)

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

Ademais, faz esclarecimentos acerca da comunicação e propaganda governamental e o que é previsto no art. 37, §1º da Constituição Federal e que *“a vinculação constante de mensagens e falas em eventos oficiais, entrevista a meio de comunicação e rede social privada, mas aberta ao público em geral, tudo facilmente acessível na internet, sempre associando a própria pessoa do requerido à imagem da instituição PRF e concomitantemente à imagem do Chefe do Poder Executivo federal e candidato a reeleição para o mesmo cargo, denotam a intenção clara de promover, ainda que por subterfúgios ou mal disfarçadas sobreposição de imagens, verdadeira propaganda político-partidária e promoção pessoal de autoridade com fins eleitorais”.*

Por fim, entende o MPF, com base no exposto, pela atuação dolosa da parte ré na prática dos atos imputados como ímprobos, com violação dos seus deveres funcionais.

Inicial e documentos que a instruem (evento 1).

Da cautelar requerida.

Tendo em vista que o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal encontra-se com afastamento legalmente instituído para usufruto de férias no período de 16/11/2022 a 06/12/2022 nos termos de informação prestado a este Juízo pela Direção de Gestão de Pessoas da Polícia Rodoviária Federal (e-mail

de evento 5 assinado pela Diretora de Gestão de Pessoas Substituta da DGP/PRF), postergo a apreciação da cautelar requerida para após a vinda da contestação.

Com o advento da Lei nº 14.230/21, deixou de existir a fase prévia de notificações, com posterior decisão de recebimento da inicial, passando-se à imediata citação do réu, nos termos da nova redação do art. 17, §7º da Lei nº 8.429/92.

Assim sendo, determino a expedição de mandado de citação da parte ré para oferecimento de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 17, §7º da Lei nº 8.429/92.

Após, voltem-me conclusos, inclusive para apreciação da medida cautelar requerida.

P.I.

Documento eletrônico assinado por **JOSE ARTHUR DINIZ BORGES, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510009145121v6** e do código CRC **b7fec2a6**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOSE ARTHUR DINIZ BORGES

Data e Hora: 18/11/2022, às 17:24:24

5086967-22.2022.4.02.5101

510009145121.V6